



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680235 - SP (2021/0219640-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADOS : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639
ANA BEATRIZ DE CASTRO LAUDINO - SP447792
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIO CESAR GRASIEL DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CESAR GRASIEL DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000743-83.2016.8.26.0637).

O paciente foi condenado à pena de 1 mês e 12 dias de detenção pela prática do crime de ameaça, previsto no art. 147, *caput*, do Código Penal, e à pena de 1 mês e 10 dias de prisão simples pela prática de duas contravenções de vias de fato, prevista no art. 21 do Decreto-Lei n. 3.688/1941, ambos na forma do art. 69 do Código Penal e em regime semiaberto.

O impetrante sustenta que houve equívoco na dosimetria de pena, pois a reincidência não poderia ter sido reconhecida. Para tanto, alega que a ação penal geradora da reincidência teria transitado em julgado em data posterior aos fatos julgados no caso ora em análise.

Requer, liminarmente, a suspensão do cumprimento do mandado de prisão expedido em desfavor do paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja afastada a agravante da reincidência e, conseqüentemente, fixado o regime aberto de cumprimento de pena, nos termos do art. 33, § 2º, "c", do Código Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente